

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 144

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 10 DE NOVEMBRO DE 1998

ANO XXIV

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY

Presidente - PFL

LUIZ CARLOS ZUK

1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN

2º Vice-Presidente - PPB

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

3º Vice-Presidente - PMDB

LUIZ CARLOS MARTINS

1º Secretário - PFL

NELSON GARCIA

2º Secretário - PFL

ANTONIO ANNIBELLI

3º Secretário - PSDB

IRONDI PUGLIESI

4ª Secretária - PPB

ÂNGELO VANHONI

5º Secretário - PT

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Governo Deputado Valdir Rossoni
PFL..... Deputado Plauto Miró
PTB..... Deputado Valdir Rossoni
PMDB..... Deputado Orlando Pessuti
PPB..... Deputado Augustinho Zucchi
PT Deputado Péricles H. de Mello
PDT Deputado Edgar Bueno
PL Deputado Horácio Rodrigues
PSN..... Deputado Emerson Nerone
PSDB.....

Representação Partidária

PFL - 18: Anibal Khury - Basílio Zanusso - Cleiton Crisóstomo - Durval Amaral - Edno Guimarães - Eduardo Trevisan - Élio Rusch - Geraldo Cartário - Hidekazu Takayama - Luiz Carlos Alborghetti - Luiz Carlos Martins - Marquinhos Alves - Milton Puppio - Nelson Garcia - Nelson Tureck - Plauto Miró Guimarães - Reny Borsatto - Walmor Trentini; PTB - 11: Albanor Gomes - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Joel Coimbra - Nelson Justus - Luiz Accorsi - Paulo Gorski - Ricardo Chab - Valdir Rossoni; PMDB - 08: Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Colaço; PPB - 07: Augustinho Zucchi - César Seleme - Duílio Genari - Edson Silva Lino - Irondi Pugliesi - João Techy Filho - Neivo Beraldin; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Florisvaldo Fier - Irineu Colombo - Péricles Mello; PDT - 02: Edgar Bueno - Luiz Carlos Zuk; PSDB - 02: José Maria Ferreira - Sérgio Spada; PL - 01: Horácio Rodrigues; PSN - 01: Emerson Nerone.

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
13ª LEGISLATURA
ATA DA 91ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
10 DE NOVEMBRO DE 1998**

(terça-feira)

Presidência do Senhor Deputado Nelson Garcia, secretariada pelos Senhores Deputados Carlos Simões e Luiz Carlos Alborghetti.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Antonio Annibelli, Irondi Pugliesi, Ângelo Vanhoni, Albanor Gomes, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Hermas Brandão, Hidekazu Takayama, Horácio Rodrigues, Irineu Colombo, João Techy, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Marquinhos Alves, Miltinho Puppio, Nelson Justus, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Paulo Gorski, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Garcia**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

Senhor Presidente, Pela Ordem.

(Assentimento)

Quero registrar a presença em nosso meio do Luiz Fernando Litro, nosso companheiro que foi eleito Deputado Estadual, do Sudoeste do Paraná, de Dois Vizinhos, e que honrosamente nos visita nesta tarde.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Garcia**)

Está registrado. É um prazer muito grande a Casa receber o nobre companheiro.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofícios:

OFÍCIOS

Sob os nºs CTL/SEEG/384, 386, 387, 388 e 389/98, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei nºs:

202/98: De autoria do Deputado Ricardo Chab que, institui o Dia do Agente Penitenciário, a ser comemorado no dia 13 de novembro, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.342. **Anote-se - Arquivo-se.**

164/98: De autoria do Deputado Renato Adur, que concede o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná, ao Senhor Carlos Roberto Massa - Ratinho, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.343. **Anote-se - Arquivo-se.**

240/98: Do Tribunal de Contas, que dispõe sobre a Tabela dos vencimentos básicos de cargos efetivos do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas do Estado do Paraná e adota outras providências, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.344. **Anote-se - Arquivo-se.**

354/98: De autoria do Deputado Eduardo Trevisan, que concede o Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Senhor Rogério Portugal Bacellar, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.345. **Anote-se - Arquivo-se.**

273/98: De autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública a Usina de Conhecimento Central, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.346. **Anote-se - Arquivo-se.**

Sob o nº 5157/98, do Senhor Murilo Xavier Flores, Secretário de Desenvolvimento Rural, comunicando que o Ministério da Agricultura e do Abastecimento celebrou convênio com a Organização das Cooperativas do Estado do Paraná - OCEPAR, no valor de R\$480.000,00, com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento do plano de Revitalização do Cooperativismo Paranaense - RECOOP, fortalecendo a atuação junto aos cooperados, prepa-

rando-os para o mercado globalizado. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 1126/98, do Senhor José Cid Campêlo Filho - Secretário de Estado do Governo, em resposta ao pedido de informações requerido pelo Deputado Ângelo Vanhoni, que pede esclarecimentos sobre Processo de Licitação da SANEPAR. **Ao conhecimento do Senhor Deputado interessado.**

Sob o nº 496/98, do Senhor Eduardo Rocha Virmond, Secretário de Estado da Justiça e da Cidadania, em resposta ao pedido de informações requerido pelo Deputado Luiz Claudio Romanelli, que pede esclarecimentos sobre Franquias do Correio. **Ao conhecimento do Senhor Deputado interessado.**

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1791

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário a inclusão na Ordem do Dia do Projeto de Lei nº 408/98 para a próxima Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 10.11.98.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 1783

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, retirada por 10 (dez) sessões do item 06, 2ª Discussão do Projeto de Lei nº 693/97, de autoria do Deputado Luiz Carlos Zuk, constante da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 10.11.98.

(a) VALDIR ROSSONI

REQUERIMENTO Nº 1784

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, retirada por 03 (três) sessões do item 10, 2ª Discussão do Projeto de Lei nº 379/98, de autoria do Deputado Renato Adur, constante da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 10.11.98.

(a) VALDIR ROSSONI

REQUERIMENTO Nº 1781

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido o douto Plenário, respeitosamente, REQUER envio de votos de congratulações à Folha de Londrina/Folha do Paraná, pelos 50 anos de fundação do jornal, a serem comemorados no próximo dia 13/11/98.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao fundador e Presidente do Conselho Administrativo, João Milanez e ao Diretor Superintendente daquele jornal, Senhor João Antonio Vieira Filho, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Piauí, 241, CEP: 86010-909, em Londrina/PR.

Sala das Sessões, em 10.11.98.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

O Jornal Folha de Londrina/Folha do Paraná, trouxe à comunidade paranaense, durante esses 50 anos de atividade, informação séria e qualidade editorial, com a finalidade de sempre prover o Estado de opinião independente e de notícias atuais.

Seu fundador, João Milanez, o "Patrão", como se tornou conhecido por algumas gerações de funcionários da Folha, é uma figura admirável por haver conseguido transformar um dos muitos jornaizinhos amadorísticos que existiam em Londrina, nos tempos pioneiros da cidade, numa das maiores e mais respeitadas empresas de comunicação do País - não existe, no Brasil, caso similar em que um jornal de uma cidade de interior tenha chegado à posição da Folha, que hoje é um dos mais importantes jornais do Estado.

Milanez chegou à posição que ocupa por sua visão de empreendedor, que soube investir no próprio jornal tudo o que o jornal lhe proporcionou de lucro. E com arrojo e visão de futuro: a Folha foi o segundo jornal do País e o primeiro do Paraná a adotar a impressão em offset, como também sempre ocupou posição de liderança na introdução de outras novidades e recursos tecnológicos que dão à Folha características que nada ficam a dever aos grandes jornais do País.

Outra preocupação que Milanez também sempre teve foi com a qualidade do jornalismo, sempre contratando bons profissionais e proporcionando a eles condições de exercerem sua atividade com dignidade e independência. Tanto que, nos tempos da ditadura militar, a Folha era frequentemente alvo de pressões por parte dos organismos de repressão, chegando a ter edições apreendidas e até censores em suas oficinas, porque se havia uma coisa em que a Polícia Federal - na época, incumbida de censurar a imprensa - não podia confiar era em que a Folha iria simplesmente cumprir as proibições de divulgação de notícias que não interessavam à ditadura.

Hoje figura entre os principais jornais do nosso Estado e dos Estados da Região Sul, contribui,

não só para a divulgação dos fatos, mas, e principalmente, para a formação do senso crítico da nossa sociedade bem como para a mobilização dos interesses e anseios da população, seja no campo da política como nos destinos sócio-econômicos sul brasileiro.

Desta forma, Senhor Presidente, Senhores Deputados, o presente requerimento objetiva manifestar o reconhecimento à importância da presença deste jornal para o Estado do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 1790

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o soberano Plenário, REQUER, seja designada a data de 10 de dezembro próximo, às 15:00 horas, para a entrega do título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Excelentíssimo Senhor Desembargador Henrique Chesneau Lenz César - Digníssimo Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 10.11.98.

(a) JOEL COIMBRA

REQUERIMENTO Nº 1778

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja encaminhado ao Senhor Governador do Estado, expediente no sentido de conceder audiência especial à comitiva de representantes da comunidade paranaense interessada na questão do Ramal Norte do gasoduto Brasil-Bolívia, inclusive o jornalista Dr. Francisco Cunha Pereira Filho, mentor da iniciativa; à Comissão Especial designada por esta Assembléia para acompanhar o assunto e demais lideranças interessadas; bem assim, que o Estado do Paraná assuma o encaminhamento da reivindicação dessa obra perante à União Federal, com igualdade de condições em relação a outras unidades da Federação - inclusive quanto aos estudos para a viabilização do projeto do Ramal Norte e construção da Termelétrica do Norte do Paraná.

Sala das Sessões, em 10.11.98.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

A prioridade na construção do Ramal do gasoduto Brasil-Bolívia pelo Norte do Paraná, vem sendo enfatizada na campanha que o jornal Gazeta do Povo vem sustentando de forma brilhante e continuada, em defesa dos interesses do Paraná.

REQUERIMENTO 1782

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente aos

Secretários de Estado Giovani Gionedis e Alexandre Fontana Beltrão, solicitando a imediata e total devolução dos créditos sacados das contas das Instituições de Ensino Superior do Estado do Paraná.

Os referidos créditos são oriundos de recursos próprios e de inscrições de vestibular, os quais seriam usados no pagamento das despesas mensais e manutenção das instituições.

É de fácil entendimento a difícil situação econômica em que se encontra o Estado, mas medidas desse porte tendem apenas a enfraquecer a qualidade e o desenvolvimento do ensino superior gratuito paranaense.

Requer ainda, que a decisão desta Casa, seja dada ciência aos Reitores das Universidades Estaduais de Ponta Grossa, Londrina, Maringá, UNICENTRO e UNIOESTE.

Sala das Sessões, em 10.11.98.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 1779

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Augusto Canto Neto, Secretário de Estado de Obras Públicas, solicitando as seguintes informações:

1 - Qual foi o montante de recursos que o DECOM, via convênio, repassou para o Município de Jardim Alegre, nos anos de 96, 97 e 98?

2 - Solicito cópia do(s) convênio(s) e da fiscalização efetuada.

Sala das Sessões, em 10.11.98.

(a) DOUTOR ROSINHA

REQUERIMENTO Nº 1780

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, envio de expediente ao Exmo. Sr. Ramiro Wahrhaftig, Secretário da Educação, solicitando as seguintes informações:

1 - Qual foi o montante de recursos que a FUNDEPAR, via convênio, repassou para o Município de Jardim Alegre, nos anos de 96, 97 e 98?

2 - Solicito cópia do(s) convênio(s) e da fiscalização efetuada.

Sala das Sessões, em 10.11.98.

(a) DOUTOR ROSINHA

REQUERIMENTO Nº 1785

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que a Secretaria de Estado

de Obras Públicas envie a esta Assembléia Legislativa relatório das obras constantes do Plano de Investimentos de Obras do Estado, que deverão ser paralisadas por conta das medidas de contenção de gastos que vêm sendo anunciadas pelo governo.

Requer, outrossim, que esse relatório detalhe o local, estágio de construção, valor dos investimentos e cronogramas de cada obra em questão.

Tendo como principal argumento o pacote fiscal anunciado pelo Governo Federal, o titular da Secretaria de Obras Públicas, Augusto Canto Neto, apresentou recentemente à Secretaria da Fazenda um “plano estratégico para economizar recursos”, onde está previsto o corte de mais de 100 obras no Estado. Neste sentido, faz-se mister que o Poder Legislativo tome ciência do conjunto de obras a serem paralisadas, para melhor avaliação da medida governamental.

Sala das Sessões, em 10.11.98.

(a) PÉRICLES MELLO

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 443/98

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Jardim Alto Tarumã e Jardim D. Joaquina II, com sede e foro na Cidade de Quedas do Iguaçu / PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.11.98.

(a) IRINEU COLOMBO

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Moradores do Jardim Alto Tarumã e Jardim D. Joaquina II, com sede e foro no Município de Pinhais / PR, fundada em 01 de julho de 1997, é uma entidade civil, sem fins lucrativos, e tem por finalidade elaborar projetos, trabalhar em regime de colaboração, atendendo os interesses dos moradores dos bairros, representar os mesmos diante de órgãos públicos, incentivar criação de cooperativas, etc..

A instituição em epígrafe, vem desenvolvendo um trabalho pautado nos princípios do respeito humano, ampla promoção humana e da solidariedade.

Face às características e postura referidas, requer-se, então, a declaração de Utilidade Pública

da entidade em apreço, uma vez que a mesma atende os critérios estabelecidos pela Lei Estadual nº 6994, de 10 de janeiro de 1978, que regulamenta a matéria.

PROJETO DE LEI Nº 444/98

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública o Projeto Gente, com sede e foro na Cidade de Quedas do Iguaçu / PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.11.98.

(a) IRINEU COLOMBO

JUSTIFICATIVA:

O Projeto Gente, com sede no Município de Quedas do Iguaçu / PR, à rua Jacarandá, 622 - Centro, fundada em 21 de outubro de 1996, é uma entidade civil, sem fins lucrativos, e tem por finalidade integrar a criança carente na comunidade e orientá-la na descoberta de suas condições físicas e financeiras na sociedade como um todo, zelar pela sua saúde, formação cultural, promover convênios com órgãos públicos, etc..

A instituição em epígrafe, vem desenvolvendo um trabalho pautado nos princípios do respeito humano, ampla promoção humana e da solidariedade.

Face às características e postura referidas, requer-se então a declaração de Utilidade Pública da entidade em apreço, uma vez que a mesma atende os critérios estabelecidos pela Lei Estadual nº 6994, de 10 de janeiro de 1978, que regulamenta a matéria.

PROJETO DE LEI Nº 445/98

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Ficam destinados 15% (quinze por cento) dos recursos arrecadados na cobrança de pedágio na ponte sobre o Rio Paraná, que liga os Estados do Paraná e Mato Grosso do Sul, ao Município de Guaíra.

Parágrafo Único - O município destinará os recursos descritos no caput deste artigo, para implementação de programas de geração de empregos e para subvencionar entidades filantrópicas e assistenciais em programas municipais de atendimento à comunidade carente.

Art. 2º - O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 60 (sessenta) dias da sua publicação.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.11.98.

(a) DUÍLIO GENARI

JUSTIFICATIVA:

Ao apresentar o presente projeto de lei, pretendemos oferecer pelo menos um pouco de recursos ao Município de Guaíra, que tantos prejuízos sofreu ao longo dos anos, pelo desaparecimento das Sete Quedas.

Os problemas sociais, em especial, se agravaram e os recursos com o pedágio deverão ser aplicados em programas de geração de empregos e a continuidade dos serviços de assistência social.

PROJETO DE LEI Nº 446/98

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede e foro no Município de Mauá da Serra / PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.11.98.

(a) MILTINHO PUPPIO

JUSTIFICATIVA:

A Associação que pretendemos declarar de Utilidade Pública, a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, tem como objetivo principal oferecer às crianças excepcionais e carentes, a oportunidade de serem cidadãos conscientes e integrados na sociedade.

Tendo a referida APAE prestado bons serviços em prol da comunidade carente, entendemos ser justa a nossa proposição e esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente proposição.

O SR. PRESIDENTE (**Neivo Beraldin**)

Encerrada a leitura do Expediente.

No Pequeno Expediente concedo a palavra ao Deputado Geraldo Cartário.

O SR. GERALDO CARTÁRIO

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

(Lê):

"A Gazeta do Povo publicou no sábado e domingo, reportagens sobre o gasoduto e a termelétrica, vitais para o Norte do Paraná, em função das novas realidades econômicas. A base é que o Brasil consome, atualmente, menos de 2% de energia oriunda do gás, mas com a construção do gasoduto Brasil - Bolívia, diversas regiões terão larga disponibilidade do produto - 8 milhões de metros cúbicos/dia.

Como o gás natural é uma energia limpa, econômica, segura, as empresas que o utilizarem poderão ter ganhos de competição em relação as demais, usuárias de outros combustíveis, como óleo, carvão, lenha, eletricidade, etc.

O Paraná reivindica que o ramal sul do gasoduto Brasil - Bolívia desça pela região norte, passando por Londrina, Apucarana, Ponta Grossa. O Governo Federal, através do Ministro de Minas e Energia, autorizou a participação da Petrobrás nesses estudos mas desde que o Paraná

* assuma os encargos da obra

* garanta o consumo mínimo de 1,6 milhões de m³/dia.

Isso envolveria investimentos da ordem de 350 milhões para o gasoduto e a construção de uma Usina Termelétrica na região.

Doutro lado a comitiva paranaense que esteve em Brasília na semana passada entende que o Paraná deve ter condições de igualdade em relação a outras regiões que tiveram suporte da União para construir tais projetos, como a termelétrica do Porto de Suape (Pernambuco), recentemente inaugurada.

O gasoduto e a termelétrica são prioridade para o Norte do Paraná, que as encara como obras vitais, sob risco de a região estagnar e iniciar um ciclo de desemprego, por perder condições de competitividade em relação a Santa Catarina, interior do Rio Grande, etc que vão ser beneficiados por grandes estações de distribuições do gás da Bolívia conforme o traçado original do gasoduto.

A Assembléia já tem uma comissão para acompanhar a questão e agora se manifesta pedindo prioridade para o gasoduto e empenho dos investidores paranaenses na termelétrica - inclusive apelando para os grupos de empreendedores locais que no passado cogitaram implantar uma unidade dessas no litoral paranaense.

Noticia-se que a comitiva de lideranças do Norte do Paraná se prepara para vir à Capital para audiência com o Governador Jaime Lerner, ocasião em que reivindicará a definição da estratégia de atuação dos paranaenses no sentido de encaminhar a obtenção dessas reivindicações.

Ao lado desse duto de transporte do gás natural reivindica-se a instalação de uma Usina Ter-

melétrica a gás, na região, de modo a viabilizar o consumo de 1,6 milhões de metros cúbicos/dia desse combustível limpo, seguro e econômico.

As lideranças regionais do norte paranaense tem ponderado que, sem a oferta de gás, há de perda da capacidade de competição para outras áreas do País que serão beneficiadas com estações de distribuição do gás boli-viano - em fase de distorções no traçado original do gasoduto Brasil - Bolívia.

Nesse sentido, após o sinal verde inicial do Ministério de Minas e Energia, as lideranças do norte paranaense reivindicam que o Governo do Estado assuma a dianteira das tratativas com o Governo Federal, para que o Paraná obtenha nesse pleito as mesmas condições de igualdade de apoio deferidas a outras regiões do Brasil."

Senhor Presidente, Senhores Deputados, o nosso requerimento se encontra na mesa para ser votado e aprovado por Vossas Excelências.

Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin)

Concedo a palavra no Pequeno Expediente ao Deputado Florisvaldo Fier.

O SR. FLORISVALDO FIER

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Ontem, o Governo do Estado divulgou um resumo do que ele chama de plano de reforma do Governo do Paraná, que aliás se faz necessário uma reforma; e já vem tarde.

Porém - não a reforma que o Governo indica, porque nesse resumo traz a proposta governamental, que é possível através de um rápido exame, já constatar dúvidas sobre a economia que diz o Governador, que vai ser de 31 milhões de reais no próximo ano. Diz o Governador que a economia, uma parte dela, vai ser feita através do Fundo de Previdência e Saúde. Se analisarmos o resumo no que diz respeito esse tema, ele está fazendo com que o Governo do Estado abra a mão do seu dever e passe para o setor privado o atendimento à saúde, como da previdência social. Quer dizer, o Estado deixa de gastar, deixa de arrecadar e passa para uma empresa fazer a arrecadação e obter o lucro que desejar, uma vez que pelo menos aqui no resumo não estabelece como vai funcionar e como vai financiar a Previdência dos Servidores Públicos do nosso Estado, tanto quanto o atendimento à saúde.

Portanto, o Governo privatiza serviços para dizer que está economizando. Diz também no seu segundo ponto: "a criação do Conselho de Planeja-

mento Administrativo e Financeiro". Estabelece, o Governo, que vai ter uma redução de cargos de comissão, com a economia mensal de 1 milhão.

Quero lembrar aos Senhores Parlamentares, que durante o período de Governo do Jaime Lerner, ele aumentou em mais de 400% os valores dos cargos de confiança, como Secretários e outros cargos do alto escalão.

Aonde vai fazer a economia o Senhor Governador? Ele não diz. Aonde vai se dar o corte? Serão nesses cargos? Diz ele que fará isso por decreto. Será que ele vai fazer um decreto cancelando os decretos anteriores ilegais que ele fez para dar esses reajustes, uma vez que esses reajustes tinham que ser feitos por lei?

Ou vai o Governador tirar do funcionário que tem na sua função gratificada do valor de cem reais, de oitenta reais, dos menores valores. Vai retirar esses valores daqueles funcionários de carreira, que necessitam disso para viver? Acredito que o mais provável é que o Governador, que governa para as elites do nosso Estado, vá tirar dos lá debaixo, dos pequenos funcionários públicos aquilo que é renda deles. Mas, provavelmente não vá cortar Secretarias, não vá diminuir ou fazer aqueles decretos dizendo que aumentou os salários dos Secretários. Diz ele que vai ter uma redução de 10% também da folha de pessoal ativo. Senhor Governador, é fácil diminuir os 10% dos funcionários ativos. É só parar de pagar horas extras para os apaniguados, aqueles que não as fazem. Aqueles que receberam horas extras, vão trabalhar na campanha eleitoral agora esse ano, com o uso da máquina pública. E foram muitos que receberam horas extras para trabalhar para o Senhor Governador. Não são poucos.

O Sr. Ângelo Vanhoni

Gostaria de fazer um aparte, porque vejo que Vossa Excelência aborda mais um efeito de propaganda, mais uma peça publicitária desencadeada pelo Palácio Iguaçu no dia de ontem. O Governador Jaime Lerner, depois de um suspense, como é de hábito, depois de muitas idas e vindas, noticiando paulatinamente para a imprensa que ia noticiar para o Paraná inteiro um "Pacote Fiscal", vejam que nome pomposo, afinal de contas, esse termo está sendo utilizado por todos os especialistas da mídia no Brasil inteiro, em função do endividamento que o Brasil vai fazer com o FMI na ordem de 40 bilhões de reais. O Governador Jaime Lerner tenta faturar na mídia com essa expressão "Pacote Fiscal" a respeito do Governo do Estado do Paraná.

A imprensa me cobrou qual era a posição a respeito das medidas. E à noite estudei detalhadamente as medidas que foram anunciadas pelo Governador do Estado do Paraná.

Vejam só! O Governador pretende fazer uma economia de 35 milhões de reais. Ele elenca algumas medidas para chegar a esse número. Vejam só! O Secretário das Finanças, depois de quatro anos de Governo, vem demonstrar para o Paraná que tem 25% que não arrecada imposto, que sonega imposto no Paraná. Depois de quatro anos, o Secretário Giovani Gionedis vem dizer isso? É um acinte à inteligência das pessoas que pensam. Mais do que isso, diz que vai fazer uma economia de 1% na arrecadação.

Deputado Alborghetti, dá para acreditar na credibilidade, na veracidade de uma proposta como essa, de aumentar em 1% a arrecadação do Estado do Paraná? Não dá para acreditar. Mesmo porque, todas as condicionantes da economia são contrárias a isso. A economia entra numa recessão profunda e a tendência do empresariado, neste momento, é deixar o imposto para pagar por último, antes de demitir funcionários, antes de fazer desestruturação da sua própria empresa.

Então, isso é um problema estrutural da economia, que não vai aumentar a sua massa de arrecadação, não é um problema só de ímpetos de sonegadores do Estado do Paraná.

Cá entre nós, o Secretário das Finanças anunciar que vai arrecadar mais 1%, é um acinte para o pacote fiscal. Mas tem uma outra "pérola", o Governo do Estado do Paraná anunciou um corte drástico no custeio da máquina administrativa. Vejam os senhores! Agora, o Secretário das Finanças, em função desse momento crucial da economia brasileira, esse problema estrutural, anunciou um corte violento e drástico no custeio da máquina administrativa. Vai cortar água, telefone, selo, telefone celular, luz e verba de publicidade. Economia de quanto? Quatro milhões de reais/mês. Só nos últimos quatro anos o governo paranaense gastou cem milhões de reais em média/ano em verbas de publicidade, o que dá um total de quase doze milhões de reais/mês. É tudo para inglês ver, porque não detalhou nada, não tem uma medida específica do ponto de vista de corte no orçamento do ano que vem. Mas, serviu de pano de fundo, esse pacote fiscal, para duas intenções do governo.

Primeira delas: demissão de funcionários públicos do Estado do Paraná, corte de comissão, redução de salários não é verdade. Sabemos que não é verdade. O Governador aumentou os cargos comissionados, criou 600 cargos comissionados, destruiu a proporcionalidade da folha de pagamento do Estado do Paraná, e agora, fará uma coisa só, vai demitir os funcionários públicos o ano que vem.

O outro objetivo do pacote fiscal é anunciar, pôr um pano de fundo para anunciar aquilo que já

tínhamos alertado, que é a queima do patrimônio público do Estado do Paraná. A venda da COPEL, a venda integral da SANEPAR e a venda do BANESTADO. Com qual objetivo? Só tem um objetivo: pagar o déficit que o Governo do Estado tem nesses quatro anos de gestão desequilibrada do Governo Jaime Lerner. O governo só teve um objetivo ao anunciar o pacote fiscal: dar uma certa ideologização daquilo que chamamos de privatização de um patrimônio.

Além disso, o governo atendeu uma outra medida. O Governador foi para Brasília. Sabem fazer o quê? Não foi lá dizer ao Presidente: "olha como que nós, aqui do Paraná, estamos dando exemplo, nos adequando à administração pública, nos adequando a esse esforço nacional para diminuir o déficit público no território brasileiro". Não! O Governador Jaime Lerner sentou ao lado do Presidente da República, com um único objetivo, conseguir dinheiro emprestado para pagar a folha deste mês e para pagar o 13º dos funcionários no mês que vem, porque o Estado do Paraná está, literalmente, quebrado. Hoje somando 784 milhões de déficit nas contas de receita e despesas aqui do Estado do Paraná.

O Governo do Paraná fez um elenco de propaganda para chegar ao Presidente da República e dizer o seguinte: "estamos precisando ser socorridos! Precisamos de um empréstimo de 500 milhões para poder chegar ao final do ano, quando pretendemos ali no mês de janeiro e fevereiro vender as ações da COPEL e a SANEPAR e, se possível, obter um empréstimo do BANESTADO para socorrer as finanças do Estado do Paraná." Grande exemplo este de governante que é o Senhor Jaime Lerner. Desculpe-me em me alongar, mas o tema merece uma reflexão mais profunda, porque na realidade se tratou, única e exclusivamente, de uma medida de propaganda e para atender os objetivos inconfessáveis do Governo, que é a privatização, demissão de funcionários e obter empréstimo do Governo Federal para socorrer o Estado. São essas três vertentes do famoso pacote fiscal.

Muito obrigado.

O SR. FLORISVALDO FIER

Esse seu discurso, Deputado Ângelo Vanhoni, só vem somar àquilo que estávamos chamando a atenção. De onde o dinheiro vai sair? Diz o governo que vai combater a sonegação e a inadimplência. Mas não apresenta qual é o método que será utilizado para isso. Diz que vai aumentar a arrecadação. Como? Vendendo a COPEL, a SANEPAR e o BANESTADO. É um documento muito frágil, incapaz o governo de mostrar que isso será executado e que essa economia será alcançada. No custeio, só para acrescentar, diz que vai economizar

através de economia de automóveis. Já denunciaremos mais de uma vez dessa tribuna o uso indevido de automóveis; o método como é feita a contratação desses carros, que é através de locações. Quer dizer, é uma economia que já poderia ter sido feita há muito tempo, se é que ela vai ser feita agora, se é que o governador vai começar, quer deixar na mão aqueles que financiaram a campanha dele, que são justamente as agências que fazem a locação de automóveis. Como é que o governador vai deixar se ele vive da publicidade, como chamou a atenção o Deputado Ângelo Vanhoni? Como ele vai abrir mão da publicidade dizendo que essa economia, que ele vai fazer, será de 20 milhões anuais, se ele pode ter uma economia muito superior a isso só na publicidade que ele gasta mais de 100 milhões.

É um pacote, como disse o Deputado Ângelo Vanhoni, é um pacote para propaganda, para mostrar para o Fernando Henrique, que diz que ele vai fazer alguma coisa, para se somar ao projeto neoliberal do governo central, para dizer ao Fundo Monetário Internacional, que está se fazendo alguma coisa. Mas o que ele quer fazer mesmo é a destruição do Estado, é a destruição do serviço público, através dessas privatizações, mais a Previdência, mais a saúde do servidor público e ainda é a destruição da Rede Pública de Ensino, através da PLADEPE, que isso ele nem coloca aqui, diretamente. Mas, indiretamente, ele deixa claro na hora que ele fala em contenção de despesas com pessoas que estão na ativa, isso vai repercutir diretamente na Educação aonde ele quer a destruição do Quadro dos Servidores Públicos e dos Professores, da Rede Pública do Estado, privatizando as escolas, através do PARANAEDUCAÇÃO.

É um plano que nós, do Partido dos Trabalhadores, na simples análise já questionamos, e é um plano ao qual somos contrários, porque é possível fazer a contenção e o equilíbrio das finanças do estado, através de outros mecanismos, e não esse que o governador propõe.

É possível se cobrar a inadimplência, não precisa ficar no governo quatro anos. É possível diminuir o custeio em outras áreas que não a do serviço público. É possível ter caixa no Estado basta que não dê o subsídio ou o dinheiro que se dá às multinacionais.

Por isso a nossa Bancada, numa simples análise, coloca-se contrária a esse plano do Senhor Governador.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A princípio quero parabenizar com a fala do Deputado Geraldo Cartário, a respeito e noticiando o nosso gasoduto, vindo, passado por Londrina e o Norte do Paraná, que é de extrema

importância para a nossa região, para o desenvolvimento industrial que vai permitir que possamos ter acesso à energia a um custo barato e com abundância. E também quero ressaltar aqui a atuação, a presença do Senador Osmar Dias nesse projeto, enquanto fez com que o Norte do Paraná pudesse ser assegurado desse benefício que tanto vai contribuir para o nosso processo e avanço da industrialização e permitir, sobretudo, que tenhamos condições de concorrer e competir com outras regiões, como consumo de energia mais barata.

Aqui, Geraldo Cartário, congratulamos com a sua fala, especialmente ressaltando o trabalho do Senador Osmar Dias.

Mas, venho a esta tribuna, Senhor Presidente e Senhores Deputados, para solicitar, através dos nossos companheiros, um voto de congratulações à Folha de Londrina e Folha do Paraná pelos seus 50 anos de Fundação do Jornal a serem comemorados agora no dia 13 de novembro.

O Jornal Folha de Londrina/Folha do Paraná, trouxe à comunidade paranaense, durante esses 50 anos de atividade, informação séria e qualidade editorial, com a finalidade de sempre prover o Estado de opinião independente e de notícias atuais.

Seu fundador, João Milanez, o "Patrão", como se tornou conhecido por algumas gerações de funcionários da Folha, é uma figura admirável por haver conseguido transformar um dos muitos jornaizinhos amadorísticos que existiam em Londrina, nos tempos pioneiros da cidade, numa das maiores e mais respeitadas empresas de comunicação do País - não existe, no Brasil, caso similar em que um jornal de uma cidade de interior tenha chegado à posição da Folha, que hoje é um dos mais importantes jornais do Estado.

Milanez chegou à posição que ocupa por sua visão de empreendedor, que soube investir no próprio jornal tudo o que o jornal lhe proporcionou de lucro. E com arrojo e visão de futuro: a Folha foi o segundo jornal do País e o primeiro do Paraná a adotar a impressão em offset, como também sempre ocupou posição de liderança na introdução de outras novidades e recursos tecnológicos que dão à Folha características que nada ficam a dever aos grandes jornais do País.

Outra preocupação que Milanez também sempre teve foi com a qualidade do jornalismo, sempre contratando bons profissionais e proporcionando a eles condições de exercerem sua atividade com dignidade e independência. Tanto que, nos tempos da ditadura militar, a Folha era frequentemente alvo de pressões por parte dos organismos de repressão, chegando a ter edições apreendidas e até censores em suas oficinas,

porque se havia uma coisa em que a Polícia Federal - na época, incumbida de censurar a imprensa - não podia confiar era em que a Folha iria simplesmente cumprir as proibições de divulgação de notícias que não interessavam à ditadura.

Hoje figura entre os principais jornais do nosso Estado e dos Estados da Região Sul, contribui, não só para a divulgação dos fatos, mas, e principalmente, para a formação do senso crítico da nossa sociedade bem como para a mobilização dos interesses e anseios da população, seja no campo da política como nos destinos sócio-econômicos sul brasileiro.

Desta forma, Senhor Presidente, Senhores Deputados, o presente requerimento objetiva manifestar o reconhecimento à importância da presença deste jornal para o Estado do Paraná.

Sem dúvida, um jornal que como seu pioneirismo, com a sua atuação e destemor permitiu que o Paraná pudesse ter um instrumento de divulgação e de veiculação das idéias, dos anseios e das expectativas de uma região nova, porém não conformada com o destino de só estar a 400 Kms. da capital, mas que buscava criar o seu próprio núcleo, o seu próprio centro de desenvolvimento.

Por esta razão, espero a aprovação do presente requerimento de congratulação do Jornal Folha de Londrina.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Neivo Beraldin**)

Com a palavra, o Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

Senhor Presidente, Senhores Deputados, o Deputado Irineu Colombo que sempre teve uma postura de credibilidade neste parlamento, correu o Estado do Paraná inteiro, com o apoio da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, Parlamento esse formado por homens de fibra, de credibilidade, comandados pelo grande Presidente, grande estadista, Deputado Anibal Khury, futuro Presidente novamente deste Parlamento. O Deputado Irineu Colombo denunciava a prostituição infantil e mercantilista em várias regiões do Estado do Paraná.

Muito se foi falado aqui, e como digo, como diz o Deputado Ricardo Chab, como diz o Deputado Carlos Simões, nós que temos programas de rádio e televisão, militamos na área do jornalismo, jornalismo de credibilidade, não de picaretagem, damos a cara para bater em defesa da cidadania, da justiça social, da família, dos nossos filhos, dos abandonados e dos esquecidos do Paraná.

Esta madrugada, eu, Deputado Chab, o Deputado Carlos Simões, ficamos estarecidos, Deputado Anibal, esta madrugada, Deputado Romanelli, o senhor que tem uma filha, Deputado Neivo, que tem um príncipe em sua casa, eu, que tenho os meus netos, fiquei estarecido, Romanelli, com o crime desta madrugada, fiquei enojado, Deputado Romanelli, como ficou enojado, Deputado Nereu, V. Exa., que tem filhos, Deputado Adur, que vai fazer falta neste parlamento, acho que cometeu uma grande bobagem, estaria reeleito, porque foi um grande parlamentar, deu a sua vida pelos seus ideais nesta Casa, vou sentir falta do Adur, porque gosto de falar com ele neste parlamento. Deputado Adur, uma e dez da madrugada, uma menina de onze anos de idade é assassinada na porta de uma boate.

Deputado Renato Adur, vou repetir a V. Exa. que com os seus livros, V. Exa. volta agora à cultura, V. Exa. volta agora, depois de deixar este Parlamento, vai levar a cultura aos lares das famílias brasileiras do meu Estado, através da leitura, através do livro, que é realmente o anfitrião da nossa alma.

Veja bem, Deputado Adur, a Kely, 11 anos, Deputado Ricardo Chab está aí, que acompanhou, tenho o plantão da madrugada em Curitiba, tenho o plantão da madrugada do programa Alerta Geral em Londrina, tenho o plantão da madrugada em Maringá.

Veja bem, a minha equipe chegou no local, na hora, Deputado Renato Adur, na hora do tiroteio que o dono da boate, um cafetão, na gíria popular, é aquele que cafetina os nossos filhos para a prática da prostituição mercantilista.

Uma menina de 11 anos, Deputado Adur, na porta de uma boate é assassinada. É ou não é, Deputado Chab? Assassinada, após, Deputado Adur, Deputado Anibal Khury, V. Exa. que dirige este Parlamento, Deputado Anibal, V. Exa. que tem netos, V. Exa. que tem ao seu lado, a minha querida Niva Khury, pense na sua família agora e faça uma reflexão, o senhor como líder estadista deste Parlamento, faça com que a voz de todos os Senhores Deputados, atravesse esse concreto frio e chegue nas nossas autoridades, Deputado Anibal Khury.

Uma criança de 11 anos de idade foi assassinada essa noite, Deputado Anibal Khury, por um assassino que não tem o direito de matar os nossos filhos, se já não bastasse o tráfico da cocaína, o tráfico das drogas; a cocaína, a maconha, o crack que é o pior flagelo da humanidade, Deputado Durval Amaral. Se já não bastasse, Deputado Beto Richa, eu que vi V. Exa. caminhando esses dias com os seus filhos, se já não bastasse esta semana agora tivemos em Londrina a prisão de um dos maiores carregamentos da história de crack do Paraná, tivemos o

“Favoreto” em Sertanópolis, Deputado Durval Amaral, um dos homens ricos que nem mora mais em Sertanópolis, mas tem propriedade ali, não me refiro a outra família que é uma família docente, de moral, me refiro a essa “asa negra” preso com 70 quilos de cocaína em São Paulo.

Se não bastasse esta semana, Deputado Durval Amaral, foi preso aqui um policial com mais de mil, cento e oitenta bolas de crack. Um policial, Deputado Renato Adur! E na hora que o Dr. Adalto, Deputado Anibal, chegou para prendê-lo, ele gozou o Dr. Adalto, humilhou o Delegado Adalto, falou: “Quem é você? Eu sou tira.” Tirou a carteira, falou: “eu sou policial, você não pode me prender.” Humilhou o Delegado. “Você não pode me prender, sou policial.” O Delegado Adalto vez ele engolir a carteira abaixo, não sei se ele conseguiu soltar do outro lado, mas foi cabelo, barba e bigode de uma vez só, Deputado Anibal, e desceu goela abaixo, prendeu, levou na residência, descobriu mil, cento e oitenta bolas de crack, descobriu cartões de crédito, cédulas de identidade falsificadas, armamento pesado que nem a nossa polícia tem, descobriu talonários de cheques roubados.

Se já não bastasse, meu Deputado Durval Amaral, se já não bastasse, meu Deputado Paulo, de Cascavel, a violência das drogas, Deputado Gorski, é pior, como dizia o Senador Jose Richa, tenho um livro que nem o filho dele tem, porque era criança. Foi lançado no Paraná um livro quando caminhava com o Deputado Anibal Khury, fui empregado do Deputado Anibal Khury, quando eu caminhava com o Anibal Khury no Paraná levando numa guerra Paulo Pimentel par ser Governador do Paraná, o homem do chapéu contra Bento Munhoz da Rocha Neto, V.Exa. sabe disso, era o seu mestre de apresentação, era quem apresentava, era quem apresentava o Anibal nos palanques do Estado do Paraná. Trabalhei com o Anibal durante milhares de anos neste Estado do Paraná, e naquela época lançávamos um livro no Paraná e o Senador José Richa dizia a seguinte palavra neste livro, sou eu é que tem, ninguém mais tem, tenho o maior arquivo de toxicologia da história deste Paraná, da história deste País, da história deste País, participei de centenas e centenas de congressos ao lado do Dr. Mauro P., Durval Amaral, ao lado do finado professor Éder Soares Vargas que fez o meu projeto do Hospital da Vida, que na época que lancei aqui o Governador Álvaro Dias disse que eu sonhava com um País de primeiro mundo e não poderia colocar o meu projeto em prática porque ele gastaria muito dinheiro para salvar os filhos, as moças, meninas que vão para os motéis da vida abrir as pernas para a prostituição mercantilista e os nossos filhos que são verdadeiros cadáveres ambulantes da cocaína

neste asfalto de violência que cruza o Paraná de Norte a Sul, de Leste a Oeste.

Dizia o Senador José Richa, num trecho de um livro que tenho guardado e que é exemplo aos meus filhos. Dizia ele: “A Droga é pior do que uma herança nuclear”. Palavra do seu pai, Beto, o Estadista José Richa. Este livro contém vários depoimentos de viciados, sobre maconha, sobre cocaína, sobre prostituição mercantilista.

E ontem, Deputado Beto Richa, mataram uma menina à uma hora da manhã. Onze anos de idade, nem sabemos se ela já tinha tido a primeira menstruação. Ontem, à uma hora da manhã, mataram esta menina de onze anos que poderia ser a filha do Deputado Luiz Accorsi, do Deputado Élio Rusch, do Eduardo Trevisan, do Durval Amaral, Nelson Garcia, Antônio Annibelli. Poderia ser. Ela tinha praticado o conúbio sexual, ela tinha acabado de manter uma relação sexual e de repente o dono da boate resolve, num acesso de loucura, dar tiros em todo mundo e mata a menina com um tiro na barriga. E como se não bastasse, pega o revólver e passa para uma menina de dez anos que estava ao seu lado. Ela sai correndo e tenho as imagens. Não sei se a mãe está envolvida, mas ele desapareceu e a polícia está a procura. E, a menina de onze anos está na geladeira do Instituto Médico Legal da capital do Estado do Paraná.

Deputado Annibelli, pergunte ao Deputado Alborghetti a idade: onze anos. Profissão: prostituta mercantilista. Como ela foi levada? Foi cafetinada por um canalha. É aquele vagabundo que pega a menina que, as vezes o pai está desempregado, a mãe também e ela não tem dinheiro para comprar uma calcinha, um soutien, vê os lançamentos da moda “Rio-São Paulo”, vai ai Shopping Cristal, vai ao Shopping Catuaí, Novo Batel, Curitiba e vê as ilusões das vitrines. Os Shoppings são uma ilusão e a menininha passa e fica morrendo de vontade de comprar uma calça jeans, um “fio dental”, aquela mochilinha do ursinho, um tênis, mas ela não tem dinheiro. Então, para onde ela vai? Ela vai para a zona do meretrício, ela vai para a prostituição mercantilista, ela vai abrir as pernas para buscar o dinheiro para comprar a calcinha porque o pai está desempregado, a mãe está desempregada e ela vai buscar na prostituição o dinheiro para poder se vestir. Aí, ela se apresenta para as amiguinhas: o tênis, a calça, o lançamento, novos. Aonde ela buscou o dinheiro? Nos motéis da vida! E, sempre por traz dela tem o canalha, Deputado Duílio Genari, Deputado César Seleme, que prostitui.

Por isso, para encerrar digo a você, chamo você, me permita Deputado Anibal Khury e prestem bem atenção no que vou lhes dizer agora: quando o seu filho ou sua filha chegarem em casa,

Deputado Accorsi, o Sr. é médico; Deputado Beto Richa; Deputado Pessuti; meu amigo Deputado Annibelli o inimigo pode estar dentro de suas casas, Deputado Rosinha, o Sr. que vai à Brasília e irá fazer as leis maiores e eu acredito no Sr., durante os anos que estive aqui, e os seus projetos, na sua decência e na sua moral. Está na hora de mudar o código penal brasileiro, Deputado! Está na hora de mudar tudo em Brasília, V.Exa. sabe disso! O Deputado Chab concorda comigo, nós debatemos isso, sempre na televisão. Às vezes, o seu filho traz da rua um amiguinho para almoçar ou jantar em casa, Pessuti. Aí, Pessuti, você e a sua Sra. o recebem: oi filho! Tenha a bondade! Sente! Daqui a pouco eles vão para o quarto. Mas você não sabe se ele é um amigo ou um inimigo para almoçar ou jantar em casa, Pessuti. Você não sabe quem ele é, de onde veio para onde vai, se ele vai oferecer um cigarro de maconha dentro do quarto para o seu filho. Se ele vai convidar o seu filho para uma festa numa dessas boates, nestas casas de "shows", onde garçons entregam uísque com cocaína por baixo. E, nós, da imprensa somos ameaçados de protestos, eu, o Chab, o Carlos e tantos outros aqui, como a Tribuna do Paraná, escrachados, hoje, e somos ameaçados. E, quando a sua filha chega em casa com a sua amiguinha da escola dizendo que ela veio almoçar, Takayama. Aí, o Takayama e sua Sra. servem. Elas vão para o quarto e você não sabe se ela é amiga ou inimiga da sua filha, porque ela pode estar preparando o seqüestro da sua filha ou o seqüestro dos seus filhos César Silvestre. Guardem bem isso nas suas cabeças.

Gostaria de deixar aqui em meu nome e em nome do Deputado Chab, que tem o programa de maior audiência do rádio do Paraná, ao lado do Carlos e de tantos outros companheiros e esta imprensa honesta e decente que ali está, pelo amor de Deus, espero, Deputado Anibal Khury, V.Exa. que engrandece o Parlamento do Paraná, que me ensinou a ser um Deputado cara limpa, que exija das nossas autoridades, que se acabe com a prostituição infantil no Estado do Paraná, principalmente nas boates da Capital do Estado. A polícia dorme! A polícia dorme! Os nossos filhos, Deputado José Maria Ferreira estão sendo assassinados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Neivo Beraldin**)

Encerrado o Pequeno Expediente no Grande Expediente concedo a palavra ao Deputado Nereu Moura.

O SR. NEREU MOURA

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Tenho a mesma linha do pronunciamento feito pelo Dr. Rosinha, aparteado por alguns Parlamentares, que relacionaram aqui a preocupação em relação à privatização de algumas empresas públicas, no Paraná, quero fazer aqui uma análise da privatização da FERROESTE, para que nós possamos, a luz dessa realidade, apreciarmos aqui na Assembléia, os projetos que o Governador Jaime Lerner irá encaminhar para cá, visando a privatização da COPEL, da SANEPAR e do Banco do Estado do Paraná.

Quero contar, inicialmente a história da FERROESTE, para posteriormente relacionar aos nobres Deputados a situação em que se encontra aquela importante ferrovia paranaense.

A construção, prezado Deputado Edgar Bueno, V.Exa. que representa o Oeste do Paraná, a construção de uma estrada de ferro ligando o Oeste e extremo Oeste do Paraná e o Sudoeste do Estado do Paraná ao Porto de Paranaguá era uma aspiração centenária.

(Lê): "A construção de uma estrada de ferro ligando o Oeste e Extremo Oeste do Paraná até o Porto de Paranaguá era uma aspiração centenária. Os trilhos da antiga Rede Ferroviária chegaram até Guarapuava na década de 1950 e por ali ficaram. Desde então, muitas promessas, muitos discursos, alguns projetos e nenhum metro de trilho assentado frustraram durante de 40 anos a expectativa dos habitantes do Oeste de terem sua ligação ferroviária com o litoral.

Até que a ousadia, a determinação, a garra, a coragem e a visão de futuro de homens como Álvaro Dias, Roberto Requião e Mário Pereira materializaram esse sonho que vinha se arrastando desde 1976, quando o então ministro da Viação, Álvares Araújo, imaginou ligar por estrada de ferro o litoral paranaense até Assunção, no Paraguai. A FERROESTE, que já foi chamada de Ferrovia da Soja e Ferrovia da Produção, chegou a Cascavel e está muito próxima de Guaíra, na fronteira com o Mato Grosso do Sul e Paraguai.

A extensão dos trilhos de Guarapuava até Cascavel, e num segundo momento até Guaíra, começou a se concretizar em 15 de março de 1988, quando era governador o atual senador eleito, Álvaro Dias. Naquela data era criada a Estrada de Ferro Paraná Oeste S/A, uma empresa de economia mista constituída por quase 90% de capital privado e o restante de dinheiro público. Em outras palavras, a empresa era majoritariamente privada, com uma pequena participação acionária do Governo do Paraná. Foi o modelo encontrado, naquela época, para viabilizar a construção da almejada ferrovia, unindo capital público e privado.

A partir daí, sob o comando do então Secretário da Indústria e Comércio, Francisco Sim-

ção, foram elaborados os projetos executivos do trecho Guarapuava-Cascavel-Guaíra, com 419 quilômetros, sendo 248 até Cascavel e mais 171 até Guaíra. Os projetos foram aprovados pelo Departamento Nacional de Transporte Ferroviário do Ministério dos Transportes, ao mesmo tempo em que eram feitos e aprovados os estudos do Relatório de Impacto sobre o Meio-Ambiente. Ainda em 88, o então presidente da República, José Sarney, baixou decreto concedendo ao Governo do Paraná o direito de construir a ferrovia e declarando de utilidade pública para efeito de indenização as áreas de terra abrangidas pelo traçado da ferrovia até Guarapuava até Guaíra. Foi realizada uma concorrência pública e assinados os contratos com as empreiteiras que teriam a missão de construir a ferrovia.

No apagar das luzes do seu mandato, Álvaro Dias deu a largada oficial para o início das obras de construção da já agora batizada de FERROESTE. No dia 8 de março de 1991, os motores das motoniveladoras começaram a roncar, iniciando-se os trabalhos de terraplanagem no local onde hoje é o pátio de manobras de Guarapuava. Sai Álvaro Dias e entra Roberto Requião, trazendo com ele o seu vice e secretário de Transportes, Mário Pereira. As obras de construção da FERROESTE ganham maior ritmo, ao mesmo tempo em que algumas mudanças são introduzidas no modelo empresarial.

Na verdade, apesar de ser majoritariamente privada, a FERROESTE não vinha sofrendo aportes de recursos por parte dos sócios empresários para se tocar a obra. O governo do estado é quem estava injetando a totalidade dos recursos. Coerente com sua postura de bem zelar pela aplicação dos recursos públicos, o governador Roberto Requião inverteu a equação financeira, provocando uma chamada de aumento de capital, o Governo transformou em ações tudo o que até então havia injetado de dinheiro na construção da FERROESTE, passando a ser o sócio majoritário, com 99% das ações da empresa Estrada de Ferro Paraná Oeste S/A. No correto entendimento do governador Roberto Requião não era justo o Governo do Estado estar aplicando dinheiro do povo numa obra comandada pela iniciativa privada.

Uma outra importante decisiva atitude tomada por Requião traçou definitivamente os rumos da construção da FERROESTE. Acatando uma oportuna sugestão de Mário Pereira, em junho de 1992 o Governo do Estado rescindiu os contratos com as empreiteiras e firmou convênio com o Ministério dos Transportes no sentido de que o 1º e 2º Batalhões Ferroviários passassem a dar prosseguimento das obras até Cascavel. Com essa providência os custos finais de construção acabaram sendo significativamente reduzidos.

Mesmo com uma paralisação dos serviços, necessária para que os batalhões Ferroviários se mobilizassem, montassem seus acampamentos e recuperassem máquinas e equipamentos paralisados há anos, os trilhos da FERROESTE adentraram o território do Município de Cascavel exatamente no dia 29 de dezembro de 1994, no apagar das luzes do governo Roberto Requião/Mário Pereira, fato bastante comemorado pela concretização do sonho centenário.

Dos 248 quilômetros entre Guarapuava e Cascavel, o governo havia construído 225 quilômetros, restando ao sucessor de Requião e Mário a tarefa de construir os restantes 23 quilômetros até o terminal de Cascavel, o que foi finalizado em 2 de agosto de 1995. Nos 225 quilômetros que o governo do PMDB construiu foram aplicados 300 milhões de reais, o que dá um custo de mais ou menos 1 milhão e trezentos mil reais por quilômetros. Já para os 23 quilômetros que lhe sobraram para construir, o governo Lerner consumiu 86 milhões de reais, perfazendo mais de três milhões e setecentos mil reais o quilômetro, quase três vezes mais. Um dado para se refletir.

Pois bem. Finalmente, os trilhos da FERROESTE chegaram ao terminal de Cascavel, a mais de 3 anos e por lá ficaram. O que foi feito de concreto para a extensão dos 171 quilômetros até Guaíra? Nada, rigorosamente nada. É importante registrar que o trecho Guarapuava-Cascavel era o mais complexo e difícil de todo o traçado da FERROESTE. Porque cortava, na sua maioria, uma região acidentada, com topografia desfavorável e terreno pedregoso. Isso tudo determinou a construção de muitas obras de arte, como viadutos, pontes, pontilhão e um imenso túnel construído em plena rocha. Essas ocorrências, retardam e encarecem a obra, mas nada disso foi capaz de quebrar o ímpeto e a determinação do Governo Roberto Requião/Mário Pereira e dos Batalhões Ferroviários de fazerem os trilhos chegarem ao seu destino. E chegaram, a um custo por quilômetro, nos primeiros 225 quilômetros, festejado como o mais baixo já registrado na construção ferroviária em todo o Brasil, a qualquer tempo.

Mas, e Guaíra? Nem uma palavra, nem um aceno, muito menos planos e ações. E olhem que Roberto Requião deixou projeto de engenharia pronto e aprovado, com recursos orçamentários já destinados, algo em torno de R\$100 milhões, que é o que custaria esse trecho de 171 quilômetros, a ser construído cortando Toledo, Palotina, Mal. Cândido Rondon, Terra Roxa, até chegar em Guaíra, para onde já existia pronto o projeto de construção de um

grande terminal hidrorrodoferroviário. Não custa lembrar que a região tem uma topografia rigorosamente plana, portanto bastante favorável, que não exigia grandes investimentos e perda de tempo de obras de arte.

E tem mais. Em mais um lance de ousadia e coragem que marcam sua personalidade de homem público e de estrategista, Roberto Requião assumiu a responsabilidade de construção da ponte sobre o rio Paraná, ligando Guaíra ao Mato Grosso do Sul. Essa obra, do governo federal, estava paralisada há anos. O que teria motivado Requião a assumir uma obra federal como essa? Simples. Facilitar o acesso das cargas oriundas do Mato Grosso do Sul e do Paraguai ao terminal de Guaíra e dali transportá-las por trem até o Porto de Paranaguá, aumentando expressivamente as divisas oriundas da exportação. Ao mesmo tempo, o Paraná abriria, com a ponte e a FERROESTE, uma forte concorrência à hidrovia Paraná-Tietê, que estava - e continua, pela inércia, omissão e despreparo do atual governo do Paraná - desviando as cargas de toda essa rica região produtora de grãos para o Porto de Santos, em prejuízo do nosso porto de Paranaguá.

Por outro lado, além de desprezar a construção da FERROESTE no seu trecho Cascavel-Guaíra, o Governador Jaime Lerner também não cumpriu uma promessa que fez na sua campanha de 1994 ao governo do Paraná. Na época, o então candidato prometeu de viva voz e em mais de uma ocasião que construiria um ramal da FERROESTE em direção ao Sudoeste do Estado. Ele chegou a acenar, inclusive, com a possibilidade dos trilhos adentrarem o vizinho Estado de Santa Catarina, interligando-se com a malha ferroviária planejada em solos catarinenses. Nada disso aconteceu, como aliás, como inúmeras outras promessas não cumpridas pelo atual governador. espera-se que no próximo mandato, ele se recorde do que havia prometido a muitos paranaenses ainda em 94, que estão esperando pelo cumprimento.

E a resposta veio nas urnas, no Oeste e no Sudoeste do Paraná, o governador Jaime Lerner perdeu a eleição para o Senador Roberto Requião por mais de 80 mil votos de diferença. Justamente pelo não cumprimento das promessas feitas durante o período eleitoral.

Mas, o pior vem agora e essa é a razão principal da minha presença nesta tribuna na tarde de hoje. Tratando com olímpico desprezo os legítimos interesses dos produtores agrícolas, autoridades, empresariado em geral do Sudoeste e do extremo Oeste, o Governador Jaime Lerner acaba de perpetrar mais um atentado contra a economia dessas duas importantes e progressistas regiões do Paraná. O governo, através do presidente da FERROESTE, Osiris Stenghel Guimarães, vem a público

anunciar a contratação da empresa que vai elaborar o projeto de engenharia para a construção do trecho Cascavel-Foz do Iguaçu da FERROESTE.

Quero deixar claro que não sou contra a que os trilhos da FERROESTE sejam levados até Foz do Iguaçu. Quero argumentar tão somente que essa ligação não é prioritária, ao contrário, sua construção nesse momento é extemporânea. Se esse governo tivesse sido responsável em suas ações, a FERROESTE já teria chegado a Guaíra, o terminal hidrorrodoferroviário de lá estaria pronto, as cargas da região carregadas para Paranaguá e, quem sabe, os trilhos já tivessem começado a avançar no território do Sudoeste.

Mas, nada disso aconteceu e o governo anuncia a sua opção por Foz do Iguaçu. Em termos de comparação com as regiões mencionadas por mim, o que representa a produção agrícola da região abrangida pela ligação Cascavel-Foz? Pouco, muito pouco. Até porque é uma região quebrada, acidentada, num longo trecho que vai de Céu Azul até perto de São Miguel do Iguaçu, equivalente a dois terços do traçado, onde, conforme brincam os moradores do local, se planta com espingarda e se colhe com laço.

Que interesses teriam movido o Governador Jaime Lerner a dar prioridade a uma ligação ferroviária não prevista, em detrimento de outra já projetada e que atende a uma demanda de transporte infinitamente superior àquela? Só posso acreditar que a opção por Foz do Iguaçu foi inteiramente movida por interesses políticos e não econômicos. Até porque - pasmem - está escrito nas considerações sobre o projeto Cascavel-Foz, feitas pelos próprios técnicos da FERROESTE que "não se considerou, a bem da segurança da avaliação, captação de cargas brasileiras no trecho Foz-Cascavel, o que, no entanto, deverá ocorrer". Ora, se o trecho não será construído, necessariamente, para transporte de produtos brasileiros, então por que será construído? Estou, a partir de agora, aguardando uma resposta convincente das autoridades do executivo estadual.

Mas, vamos aos números. Para construir os 171 quilômetros entre Cascavel e Guaíra, os investimentos não ultrapassariam 100 milhões de reais, aí incluído o custo de construção do terminal hidroferroviário. Esses recursos Roberto Requião e Mário Pereira já deixaram previstos no orçamento para 1995. Para construir os 199 quilômetros de Cascavel a Foz, entre a linha principal e desvios, serão necessários 219 milhões de reais, dos quais o governo do Paraná tomará emprestados 164 milhões de reais, endividando ainda mais o Estado. E para que isso? Quem sabe para atender os interesses dos produtores paraguaios de soja, a um custo altíssimo

para a economia paranaense. Aliás, o presidente do Paraguai, Raul Cubas, já acenou com a possibilidade de uma parceria para a construção de uma ponte ferroviária em Foz do Iguaçu. Já dá para se perceber como poderá ser essa parceria. O Paraná entra com a ponte e o Paraguai entra com o barranco.

E, para finalizar, quero abordar um outro ponto muito delicado que envolve a nossa FERROESTE, essa aspiração de mais de cem anos da gente paranaense e que, concretizada pelos governo do PMDB, não está cumprindo os seus objetivos por culpa única e exclusiva do atual governo. Nesse momento em que se fala tanto da intenção do Governador Jaime Lerner de promover a privatização do BANESTADO, da COPEL e da SANEPAR, quero me referir à privatização da FERROESTE, ocorrida exatamente no dia 27 de fevereiro de 1997.

Nessa data foi assinado o contrato de concessão, com arrendamento dos bens instalados, por 30 anos prorrogáveis, com a presença FERROPAR, empresa formada pelo consórcio que venceu o leilão de concessão da operação ferroviária Guarapuava-Cascavel. Aliás, a FERROPAR foi a única empresa que participou do leilão da FERROESTE, e arrematou a operação ferroviária por míseros 25 milhões e 648 mil reais. Quer dizer, o governo do Paraná investe 386 milhões e novecentos mil reais e o governo do Senhor Jaime Lerner entrega a FERROESTE à iniciativa privada por pouco mais de 25 milhões, e ainda com três anos de carência para começar a efetuar os pagamentos, que serão trimestrais.

Mas, os erros do atual governo com a FERROESTE não para por aí. Quando assumiu a responsabilidade de transportar a produção agrícola da região, a FERROPAR assumiu também o compromisso de adquirir 142 vagões e 16 locomotivas, para cumprir a meta de transportar 400 mil toneladas em 97 e 1 milhão e seiscentas mil toneladas no corrente ano, além de investir 3 milhões na conclusão das obras do terminal ferroviário de Cascavel. O material rodante - vagões e locomotivas - não foi comprado, as metas não foram atingidas e a ausência de infra-estrutura no terminal causaram filas, transtornos, aborrecimentos e reclamações por parte dos motoristas e usuários do terminal.

Tanto é verdade, que a própria direção da FERROESTE ameaçou punir a FERROPAR pelo cumprimento das cláusulas contratuais.

O SR. NEREU MOURA

Permito inicialmente o aparte ao Deputado Paulo Gorski.

O Sr. Paulo Gorski

Deputado Nereu Moura ouvindo atentamente esse seu pronunciamento importante que o é, quando o Senhor usa a Tribuna desta Casa de Leis, para colocar esta realidade, especificamente, lá da nossa Região Oeste do Paraná.

Mas, abrilhantando esse seu pronunciamento, gostaria de dizer de alguns números que ainda tenho em memória, quando estamos lá como Diretor do DER, quando da construção desta Ferrovia. Para o Senhor ter uma idéia de Guarapuava até Cascavel foram movimentados só de material de terceira que é rocha, três milhões e meio de metros cúbicos, o custo disto como o senhor mesmo já colocou no seu pronunciamento, é muito pesado, mas agora, nessa segunda etapa, de Cascavel a Guaíra, seriam tão somente 35 mil metros cúbicos de material de terceira. Então veja bem, seria 1% do que foi movimentado no trecho de Guarapuava a Cascavel, mas um governo quando determina as suas ações, tem que pensar no futuro, tem que pensar na equação custo-benefício e o porquê de realizar uma obra, ouvindo os anseios da população, da comunidade, de regiões, mas vendo um planejamento global e foi isso o que foi feito, quando naquela decisão política de tocar e realmente fazer acontecer essa importante obra ferroviária, porque nós, naquela ocasião, estávamos competindo com o Estado de São Paulo, com o Porto de Santos, com o nosso Porto de Paranaguá. E o Porto de Santos viabilizando a hidrovia através da ferrovia Paraná-Tietê e aquela hidrovia só estava chegando no seu ponto final, que era a Eclusa de Jupiá, coisa que já aconteceu, que o governador Mário Covas já inaugurou e fazendo com que a produção do Mato Grosso, de Rondônia, do Pará, de Goiás, fosse transportada e desviada, não via o nosso Porto de Paranaguá, porque o nosso porto é um porto extremamente exportador e o Porto de Santos é um porto importador. daí a importância de termos a continuidade nesse primeiro momento, nessa prioridade máxima que poderíamos assim colocar, como o senhor está frisando em seu pronunciamento, que é a continuidade da ferrovia, nesse primeiro momento, de Cascavel a Guaíra e queremos que também aconteça, de Cascavel a Foz, de Cascavel para o sudoeste do nosso Estado, porque assim, estaremos fazendo com que o nosso Porto de Paranaguá e a economia do nosso Estado seja aquecida e que possamos transportar todo esse volume de carga, principalmente lá no Mato Grosso do Sul, do Mato Grosso, também do Paraguai, mas que aconteça todo esse transporte, via esse corredor de exportação, via o nosso Porto de Paranaguá.

Parabéns pelo seu pronunciamento e que realmente o governo do Estado ouça a sua voz e acho que avalisada por todos os Deputados que com-

põem esta Casa, para que tenhamos essa importante obra acontecendo lá na região oeste.

O SR. NEREU MOURA

Agradeço o aparte.

Concedo a palavra ao líder do governo, Deputado Valdir Rossoni, que é um dos representantes do município de Guaíra aqui na Assembléia Legislativa.

O Sr. Valdir Rossoni

Agradeço a lembrança de me colocar como representante de Guaíra. Tenho muito orgulho. Agradeço a V.Exa. por ter atendido ao pedido do ilustre líder do seu partido para falarem depois de mim, porque ele vai aguardar o que eu vou falar.

Vejo no seu pronunciamento algumas questões que poderiam ser melhor esclarecidas.

V.Exa. deve recordar muito bem quando está falando que estão faltando investimentos na FERROESTE. V.Exa. deve recordar que esta ferrovia foi inaugurada no seu governo e se a obra foi inaugurada naturalmente, não poderia estar faltando mais nada. Então aí está um dos pontos que eu gostaria que V.Exa. esclarecesse.

Outra questão é aquela que V.Exa. coloca que o governo entregou e dava a entender que vendeu a FERROESTE por 25 milhões. É importante que isso se esclareça e que essa ferrovia foi concessionada, não foi privatizada. O patrimônio continua público e em poder do Estado do Paraná.

E a outra questão que eu vejo uma grande incoerência de V.Exa. e acredito que poderíamos debater essa questão e quando V.Exa. fala dos valores da FERROESTE, eu gostaria de voltar a este assunto, porque é uma obra que foi inaugurada e o nosso governo teve que gastar mais de setenta milhões para construir, inclusive trocando trilhos que foram colocados indevidamente. Como não tenho conhecimento técnico, gostaria de voltar a esta questão e quando V.Exa. diz que o Paraná constrói pontes e os outros países entram com o barranco. Quando V.Exa. coloca "outros países", se não me falha a memória, na região do Deputado Caíto Quintana, no seu governo, também foi construída uma ponte, aonde a Argentina entrou com o barranco e o Paraná entrou com os recursos para construir a ponte. Se não me falha a memória, por representar Guaíra, esta ponte que foi concluída no Governo Jaime Lerner, e que teve continuidade no Governo Requião, me parece também que o Estado do Mato Grosso entrou com o barranco e o Paraná entrou com os recursos.

Então, fica aqui muito fácil, quando V.Exa. fazendo um discurso contra o momento que nós estamos vivendo, aonde o Poder Público se afasta de muitas questões que fica melhor quando a inicia-

tiva privada toca, gostaria que V.Exa. aqui se posicionasse ou nos esclarecesse, como é que está, faltando ainda investimentos na FERROESTE, se a FERROESTE foi inaugurada no seu governo, e que depois no governo Jaime Lerner nós tivemos que colocar mais de 70 milhões para concluir.

E eu fico aqui me perguntando quem está certo nesta situação, e quando nós falamos aqui, quando no seu governo, também foi construída pontes aonde outros Estados ou outros países entraram com o barranco.

Então, o que é bom para o seu governo é ruim para o nosso, do seu ângulo. Eu não estou conseguindo entender, e gostaria que V.Exa. aqui me ajudasse a entender o seu pronunciamento.

O SR. NEREU MOURA

Solicito o horário da Liderança do PMDB. (Assentimento).

Deputado Valdir Rossoni, o Governo do PMDB, 225Km. da ferrovia, o seu governo construiu, o seu governo construiu 23Km. da ferrovia, o governo do PMDB gastou nos 225Km. da ferrovia, na parte mais íngreme, na parte mais difícil, região topograficamente mais acidentada que o senhor conhece muito bem, gastou aproximadamente 300 milhões de reais, perfazendo um custo por quilômetro na ordem de 1 milhão e 300 mil reais.

O seu governo, na região de Cascavel, uma região plana, uma região tranqüila, fez 23 Km. e gastou 80 milhões de reais, inclusive para refazer aqueles quilômetros que erroneamente havia sido inaugurado, e que apenas tenha sido colocados os trilhos, para refazer aqueles quilômetros foram gastos 80 milhões de reais num custo, aliás, 23Km. num custo de 80 milhões de reais, quase 3 vezes mais o custo do governo anterior. Também eu quero dizer que, a ponte, já estava justificando tecnicamente, por vários estudos realizados pelo Governo do Paraná, pela FERROESTE, de que a viabilidade técnico-econômico da extensão do ramal ferroviário, é no sentido de Guaíra, para integrar aquela região altamente produtiva, Mato Grosso do Sul, Toledo, Marechal Cândido rondon, Guaíra, Terra Roxa, enfim esta região que produz muito, e aí se justifica o ramal ferroviário com um custo absolutamente diminuído, serão 100 milhões de reais para a construção de 171 Km, enquanto que para Foz do Iguaçu, o custo ficaria duas vezes maior em função do terreno topograficamente acidentado, e as dificuldade de se executar o projeto, e provado que a produção é muito inferior, muitíssimo inferior no trajeto Foz do Iguaçu do que no trajeto para Guaíra, e isso não sou eu que estou falando, isto foi provado tecnicamente, não só pelo governo do Paraná, como por outros institutos contratados para desenvolver estudos nesse sentido.

Concedo um aparte ao Deputado Orlando Pessuti.

O Sr. Orlando Pessuti

Deputado Nereu, em nome da nossa Bancada quero cumprimentá-lo pelo brilhante e enriquecedor pronunciamento que V.Exa. faz, principalmente pela oportunidade desse pronunciamento quando a Assembléia iniciará, nos próximos dias, uma discussão sobre diversas privatizações que estarão vindo para serem discutidas e votadas nesta Casa.

Do seu pronunciamento, é lógico ficam algumas indagações que, certamente, esperamos, que possam ser respondidas pelo Líder do Governo ou pelo Presidente da FERROESTE: Por que na nossa gestão o quilômetro custou um milhão e trezentos, numa região realmente como uma topografia terrível, rochas, e tudo mais, a serem rompidas? E por que no governo atual num trecho mais suave, onde não tinha esses problemas custou três milhões e setecentos, o quilômetro?

Fica também a indagação e o porquê esse governo não toma as providências necessárias para que nós possamos eliminar essas barreiras que nos colocam numa condição de inferioridade a outros estados, em especial com o Estado de São Paulo. É evidente que do ponto de vista estratégico de interesse do Paraná, o ramal ferroviário tem que se dirigir a Guaíra, onde certamente esse terminal hidro-rodoferroviário permitirá uma integração de cargas com a hidrovia Paraná-Tietê, com a nossa FERROESTE, com o nosso Porto de Paranaguá.

A visão que teve Roberto Requião e outros governantes de construir a FERROESTE, de construir a Ponte Guaíra - Mundo Novo, de construir a Ponte lá em Adressito, na divisa com a Argentina e duplicar a rodovia Curitiba-Garuva, é visão de quem realmente quer o progresso do Estado do Paraná.

Hoje, nós tivemos a oportunidade de ver o Deputado Geraldo Cartário falando a respeito do gasoduto, mais uma vez o Paraná é deixando de fora, porque daquilo que entendi do pronunciamento do Deputado Geraldo, se nós quisermos o gasoduto, nós temos que pagar para construir o gasoduto. Mas, as autoridades federais, com quem se conversou na última semana, não se lembram ou não se recordam dos prejuízos que tanto o Governo Federal, e principalmente São Paulo, acarretaram, ao Paraná quando colocaram na Constituição Federal a imunidade tributária para a comercialização da energia elétrica de um estado para o outro, fazendo com que o Paraná já tenha acumulado aí algumas centenas de milhões de dólares de prejuízo pelo fato de mandar energia elétrica produzida em Itaipu para o Estado de São Paulo e outros estados

da Federação, sem receber um centavo de ICMS. Devem eles também terem esquecido de o Paraná está amargando um grande prejuízo com a implantação da Lei Kandir que desonerou o ICMS das exportações dos produtos agropecuários e semi-elaborados.

Então, está na hora do Governador Jaime Lerner, realmente, se preocupar com os assuntos que interessam ao desenvolvimento do Paraná, que interessam de fato a nossa economia, como por exemplo, uma outra obra que há muito está esquecida, que se fala suavemente, mas não se leva adiante, que é a hidrovia do Rio Ivaí, vindo do Rio Paraná, até próximo a Dr. Camargo, interligando já com o ramal ferroviário da Ferrovia Central do Paraná.

Então, são essas peregrinas que o Governo teria que responder a todos nós, neste momento em que anuncia um pacote que não passa, evidentemente, de um pequeno embrulho, porque as medidas anunciadas como forma e maneira de conter as despesas, ele vem fazendo já ao longo do seu governo, que é a venda discriminada de ações da COPEL, da SANEPAR, sem que isso tenha diminuído o déficit do Estado ou tenha melhorado a eficiência governamental. Era isso que nós gostaríamos, rapidamente, colocar a V.Exa. cumprimentado-o mais uma vez pelo brilhante pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin)

Vossa Exa. ocupa, a partir de agora, o Horário do PDT.

O SR. NEREU MOURA

Para concluir, Senhor Presidente.

Este é um assunto deveras importante e deve ser questionado que a preocupação desta Casa é com o Paraná. Estamos aqui a iniciar um novo mandato onde o governador terá quatro anos pela frente e estamos aqui, como Deputados da oposição trazendo à luz a discussão de um tema importante, um tema que é para ajudar os destinos do nosso Estado. Colocamos aqui a nossa opinião de forma transparente, firme, traduzindo o sentimento do Oeste e do Sudoeste do Paraná.

Mas quero, ao finalizar, Deputado Edgar Bueno e Deputado Paulo Gorski, o assunto preocupante que é a questão da privatização da FERROESTE. A imprensa de Cascavel divulgou nesta semana que o Grupo Votorantin está reclamando do descaso com que a FERROPAR vem tratando da questão da alocação de uma área dentro do terminal de Cascavel, fazendo retardar o investimento do Grupo Votorantin na construção da sua filial em Cascavel. Isto impedindo a geração de empregos, impedindo a geração de desenvolvimento, impedindo

indo o barateamento do próprio cimento que vai ser comercializado pelo Grupo Votorantin em Cas-cavel.

É uma denúncia grave e não ouvimos a res-posta da FERROPAR. Por mais que a imprensa tenha colocado com muita clareza, a FERROPAR se omitiu e se calou.

Tive, nesta ocasião, aqui nesta Tribuna, a oportunidade de alinhar vários pontos que envolvem a nossa FERROESTE desde os seus primórdios até a sua privatização. Fiz com a intenção de mostrar uma realidade dentro do Estado que não condiz com a propaganda que diari-amente assistimos, Não queremos que o triste des-fecho da FERROESTE, com a mudança injustificável de traçado e sua desastrosa privatização, seja repetido com outras estatais e empresas públicas construídas ao longo dos anos, com o suor e o tra-balho da gente do nosso Paraná.

Ao mesmo tempo em que peço respostas às questões que levantei aqui sobre a FERROESTE, deixo também o meu brado de alerta que levantei aqui sobre a FERROESTE, deixo também o meu brado de alerta sobre o processo de venda de empresas públicas que o atual governo vai tentar empurrar aqui nesta Assembléia Legislativa com conseqüências funestas para a economia do nosso Estado do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin)

Passamos ao Horário das Lideranças: PSDB, PL, PSN, Liderança do Governo.

(Todos declinam).

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado do Miltinho Puppio, constante do expe-diente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Dire-toria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Duílio Genari, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do Sr. Deputado Irineu Colombo, constante do expedi-ente. Necessitam de apoio **Apoiado.** À Dire-toria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria, con-stante da Ordem do Dia, conforme avulso dis-tribuído aos Senhores Deputados:

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 515/97, de autoria do Deputado Joel Coimbra, que declara de Utilidade Pública o Sindicato dos Lojistas e do Comércio Varejista de Gêneros Alimentícios, de Máquinismos, Ferragens, Tintas, Materiais Elétri-cos e Eletrodomésticos de Maringá. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 166, de 07.10.97).

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 274/98, de autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública o Canal de Música de Curitiba. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 97, de 01.07.98).

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 376/98, de autoria do Deputado Nelson Garcia, que declara de Utilidade Pública a APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Nova Olímpia. **Apro-vado.** (Publ. no D.A. nº 123, de 14.09.98).

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 389/98, de autoria do Deputado Durval Amaral, que declara de Utilidade Pública a Federação Paranaense de Basketball. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 124, de 15.09.98).

ITEM 05

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 402/98, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, que declara de Utilidade Pública a Federação Para-naense de Pesca e Desportos Sub-Aquáticos de Curitiba. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 29, de 13.10.98).

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 693/97, de autoria do Deputado Luiz Carlos Zuk, que institui a Região Metropolitana de Ponta Grossa e dá outras providências. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J..

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Valdir Rossoni, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) sessões. **Aprovado.**

Fica portanto, adiada a discussão por 10 (dez) Sessões do Projeto de Lei Complementar nº 693/97.

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 356/98, de autoria do Deputado Joel Coimbra, que concede o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná

ao Senhor George Aniz El Khury. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 363/98, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 037/98, que aprova ajuste no Programa de Obras no valor de R\$960.000,00 (novecentos e sessenta mil reais), ao vigente orçamento da FUNDEPAR, conforme específica. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 370/98, de autoria do Deputado Anibal Khury, que altera a Lei nº 5.503, de 03 de fevereiro de 1967, que criou a Caixa Econômica da C.C.J. E C.F.. **Aprovado, artigo por artigo.** COM VOTO CONTRÁRIO DA BANCADA DO PT.

ITEM 10

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 379/98, de autoria do Deputado Renato Adur, que dispõe sobre a contratação de músicos paranaenses e execução de músicas produzidas no estado em eventos e programas de rádio e televisão. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. COM EMENDA DA C.C.J.. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Em votação.**

O SR. ORLANDO PESSUTI

Pela Ordem, Sr. Presidente?

(Assentimento)

Já solicitei, mas V.Exa. está muito rápido, no item nº 08, 363/98, por todos os argumentos que foram apresentados aqui, na tarde de ontem, principalmente, por Nereu Moura, manifestamos pessoalmente o nosso Voto Contrário ao Projeto 363/98, item nº 08 da pauta.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Sr. Presidente, gostaria que constasse o meu voto e o do Deputado Paulo Gorski, contrários a esse projeto.

O SR. EDGAR BUENO **(Pela Ordem)**

Sr. Presidente, Voto Contrário.

O SR. PRESIDENTE **(Neivo Beraldin)**

Devidamente registrados.

Pela Ordem, o Deputado Basílio Zanusso.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO

Havia solicitado que a Mesa me inscrevesse para discutir e encaminhar o Projeto em 2ª Discussão 370/98, mas como V.Exa. não me deu oportunidade, é só para registrar o meu voto contrário.

O SR. PRESIDENTE **(Neivo Beraldin)**

Está registrado.

O Projeto 379/98, há um Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valdir Rossoni, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 03 (três) Sessões. Aprovado.

Pela Ordem, o Deputado Renato Adur.

O SR. RENATO ADUR

Há um acordo com o Líder do Governo de três Sessões.

O SR. PRESIDENTE **(Neivo Beraldin)**

Os Srs. Deputados que aprovam o Requerimento, permaneçam como estão. Aprovado. Fica portanto, adiada a discussão por 03 (três) Sessões do Projeto de Lei nº 379/98.

ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 264/98, de autoria do Deputado José Tavares, que declara de Utilidade Pública a Associação de Recuperação de Alcoólatras de Bela Vista do Paraíso, com sede e foro na cidade do mesmo nome. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no DA nº 96/98 de 29.06.98).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 264/98

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado José Tavares tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Recuperação de Alcoólatras de Bela Vista do Paraíso.

A referida matéria esteve nesta Comissão de Constituição e Justiça aguardando o relatório de Atividades.

Preenchido tal requerimento, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 27.10.98.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

CEZAR SELEME - Relator

ITEM 12

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 296/98, de autoria do Deputado Cesar Seleme, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Pinhalão. Com PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no DA nº 105/98, de 04.08.98).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 296/98

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Cezar Seleme, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede e foro na Cidade de Pinhalão.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, nossos parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 25.08.98.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

CEZAR SELEME - Relator

ITEM 13

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 393/98, de autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Servidores do Colégio Estadual do Paraná, com sede e foro no Município de Curitiba. Com PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no DA nº 127/98, de 07.10.98).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 393/98

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Anibal Khury, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação dos Servidores do Colégio Estadual do Paraná, com sede e foro no Município de Curitiba.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação a legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 20.10.98.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

CEZAR SELEME - Relator

ITEM 14

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 303/98, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que institui a Região Metropolitana de Apucarana constituída pelos municípios que especifica. Com PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado. (Publ. no DA nº 108/98, de 10.08.98).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 303/98

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, tem por objetivo instituir a região metropolitana de Apucarana constituída pelos municípios que especifica.

Chama esta comissão a se manifestar com relação a legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 03.11.98.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

CEZAR SELEME - Relator

ITEM 15

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 425/98, de autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Fruticultores da Região de Irati - ASFRUTIR, com sede e foro no município de Irati. Com PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no DA nº 136/98, de 26.10.98).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 425/98

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Anibal Khury, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação dos Fruticultores da Região de Irati - ASFRUTIR, com sede e foro no Município de Irati.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação a legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 03.11.98.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

CEZAR SELEME - Relator

ITEM 16

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 011/98, de autoria da Comissão de Tomada de Contas prestação de Crédito para despesas dos Senhores Deputados, exercício de 1997, Resolução nº 15, de 19 de junho de 1992. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.. **Aprovado.**

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 011/98

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º - Fica aprovada a prestação de Contas do relatório de movimento relativo aos créditos para atender despesas dos Senhores Deputados, exercício de 1997, regulamentados pela Resolução nº 15, de 19 de junho de 1992.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 27 de outubro de 1998.

(a) COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

**COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS
PROPOSIÇÃO Nº 10/98**

P A R E C E R :

Encaminhada à esta Comissão a Proposição em tela, dando conhecimento do relatório de movimento relativo referente ao exercício financeiro de 1997, regulamentados pela Resolução nº 15, de 19 de junho de 1992.

Analisando referido Relatório e demais peças a ele anexadas, constatamos que o todo encontra-se de conformidade com a legislação ora vigente, não restando dúvidas quanto a exatidão das contas prestadas.

Assim sendo, pelo exposto, entende este Relator em aprovar a presente Proposição.

É o Parecer Favorável.

Sala das Comissões, em 27 de outubro de 1998.

(aa) DUÍLIO GENARI-Presidente

EDUARDO TREVISAN-Relator.

ITEM 17

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 012/98, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, prestação de Contas da Dotação de Subvenção Social dos Senhores Deputados, exercício de 1997, Resolução nº 55, de 10 de outubro de 1983. PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Tomada de Contas. **Aprovado.**

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 012/98

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º - Fica aprovada a prestação de contas de dotação da Subvenção Social dos Senhores Deputados, referente ao exercício financeiro de 1977, regulamentada pela Resolução nº 55 de 03 de outubro de 1983.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 27 de outubro de 1998.

(a) COMISSÃO DE TOMADAS DE CONTAS

**COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS
PROPOSIÇÃO Nº 11/98**

P A R E C E R :

Encaminhada a esta Comissão a Proposição nº 11/98, prestando contas da Dotação da Subvenção Social dos Senhores Deputados, referente ao exercício financeiro de 1997, regulamentada pela Resolução nº 55 de 03 de outubro de 1983.

Analisando o relatório da aplicação da supracitada dotação e demais peças anexas à ele, constatamos que o todo se encontra de conformidade com a Legislação em vigor, não restando dúvidas quanto à exatidão das contas prestadas.

Assim sendo, pelo acima exposto, entende este Relator em aprovar a presente proposição.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 27 de outubro de 1998.

(aa) DUÍLIO GENARI - Presidente

HIDEKAZU TAKAYAMA - Relator

ITEM 18

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 13/98 de autoria da Comissão de Tomada de Contas que aprova a Prestação de Contas da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, exercício financeiro de 1997. PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS.

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 13/98

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º - Fica aprovada a prestação de contas da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, relativa ao exercício financeiro de 1997.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 27 de outubro de 1998.

(a) COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

**COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS
PROPOSIÇÃO Nº 24/98**

P A R E C E R :

Encaminhada a esta Comissão a Proposição nº 24/98, dando conhecimento das atividades e controle das Receitas e Despesas Orçamentárias e Extraorçamentárias deste Poder Legislativo, com apuração dos balancetes mensais e Balanço Anual, verificados durante o exercício financeiro de 1997.

Analisando o Relatório Anual das Atividades e Controle das Receitas e Despesas Orçamentárias e Extraorçamentárias desta Casa e demais peças à ele anexadas, constatamos que o todo encontra-se em conformidade com a legislação em vigor, não restando dúvida quanto à exatidão das contas prestadas.

Assim sendo, pelo acima exposto, entende este Relator em aprovar a presente Proposição.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 27 de outubro de 1998.

(aa) DUÍLIO GENARI - Presidente

BETO RICHA - Relator.

O DR. ROSINHA (**Pela Ordem**)

Senhor Presidente, Vossa Excelência está encaminhando muito rápido. Os Projetos de Resolução nºs 011/98, 012/98 e 013/98, têm voto contrário da Bancada do PT.

O SR. PRESIDENTE (**Neivo Beraldin**)

Devidamente registrado Voto Contrário da Bancada do PT.

Sobre a mesa, Requerimento nº 1778, de autoria do Senhor Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1779 e 1780 de autoria do Senhor Deputado Doutor Rosinha, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1781, de autoria do Senhor Deputado José Maria Ferreira, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1782, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1785, de autoria do Senhor Deputado Pércles de Mello, constante do expediente. **Retirado pelo autor.**

Requerimento nº 1790, de autoria do Senhor Deputado Joel Coimbra, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1791, de autoria do Senhor Deputado Hermas Brandão, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. ORLANDO PESSUTI - (**Pela Ordem**)

Senhor Presidente, solicito a Vossa Excelência que recoloque na Sessão de amanhã, para Votação, o requerimento de nossa autoria que pede envio de

pedido de informações ao Secretário de Estado, Giovanni Gionédis, no que se refere as opções de recompra das ações da COPEL, negociadas em Bolsa. Tal solicitação se prende ao fato que este requerimento foi por nós retirado temporariamente com o compromisso que as informações nos seriam repassadas até o final da semana.

O SR. PRESIDENTE (**Neivo Beraldin**)

O requerimento voltará na Sessão de amanhã

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 11, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 059, 294, 325, 360, 364 e 375/98.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 264 e 296/98, dos Projetos de Lei Complementar nºs 303, 393 e 425/98 e dos de Resolução nºs 011, 012 e 013/98.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 568, 662/97, 386, 388 e 408/98.

Levanta-se a Sessão.

Atos da Diretoria Geral:

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições

R E S O L V E :

PORTARIA Nº 87/98

prorrogar, a disposição do Tribunal de Alçada, do servidor deste Poder Legislativo, Marcelo Machado Camargo, até 31 de dezembro de 1999, com ônus para o órgão de origem.

(Prot. nº 10021/98)

PORTARIA Nº 88/98

prorrogar, a disposição do Tribunal de Alçada, do servidor deste Poder Legislativo, Andre Heier Portugal, até 31 de dezembro de 1999, com ônus para o órgão de origem.

Gabinete da Diretoria Geral, em 12.11.98.

(a) ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Ata da Comissão:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
13ª LEGISLATURA - 4ª SESSÃO LEGISLATIVA
13ª ATA ORDINÁRIA

Aos três dias do mês de novembro de um mil novecentos e noventa e oito, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Sr. Deputado Joel Coimbra e com a presença dos seguintes Deputados: José Maria Ferreira, Duílio Genari, Paulo Gorski, Walmor Trentini, Eduardo Trevisan, Edgar Bueno, Florisvaldo Fier, Geraldo Cartário, mais os Deputados Orlando Pessuti e Renato Adur. Havendo número legal, o Senhor Presidente deu por aberta a presente reunião, aprovando a ata da reunião anterior após colocá-la em discussão e votação. Passa-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 708/98, de autoria do Deputado Walmor Trentini. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Basílio Zanusso, lido pelo Deputado Edgar Bueno - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 396/98, de autoria do Deputado Paulo Gorski. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Orlando Pessuti - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 404/98, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Cezar Seleme, lido pelo Deputado Eduardo Trevisan - APROVADO; 04) Projeto de Lei nº 303/98, de autoria do Deputado Orlando Pessuti. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Paulo Gorski - APROVADO; 05) Projeto de Lei nº 693/98, de autoria do Deputado Luiz Carlos Zuk. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Carlos Simões, lido pelo Deputado Florisvaldo Fier - APROVADO; 06) Projeto de Lei nº 423/98, de autoria do Deputado

Anibal Khury. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Paulo Gorski. O Deputado Florisvaldo Fier apresenta voto em separado. O Senhor Presidente coloca em votação o parecer do relator - REJEITADO. Fica aprovado o voto em separado do Deputado Florisvaldo Fier, convertendo a matéria em diligência junto ao IAP; 07) Projeto de Lei nº 425/98, de autoria do Deputado Anibal Khury. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Paulo Gorski - APROVADO; 08) Projeto de Lei nº 426/98, de autoria do Deputado Nelson Justus. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Paulo Gorski - APROVADO; 09) Projeto de Lei nº 379/98, de autoria do Deputado Renato Adur. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Caíto Quintana, lido pelo Deputado Paulo Gorski, na forma de emenda anexa - APROVADO; 10) Projeto de Lei nº 405/98, de autoria do Deputado Joel Coimbra. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Paulo Gorski - APROVADO; 11) Projeto de Lei nº 370/98, de autoria do Deputado Anibal Khury. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Eduardo Trevisan - APROVADO com voto contrário dos Deputados José Maria Ferreira, Renato Adur, Edgar Bueno e Florisvaldo Fier. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente ata que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, e pelos Senhores Deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, Advogada de Comissão.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
Ana Lúcia Andretta - Secretária